

Uma travesti da/na educação: Entrevista com Sara Wagner York

Título em inglês com fonte Century Schoolbook, tamanho 12

Sara Wagner York
Fabício Marçal Vilela¹

* * *

Apresentação:

Sara Wagner York ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior, apresenta-se como Travesti da/na Educação - em razão da decisão judicial (de 2017) que concede o direito ao uso de um nome feminino, mas não a readequação de gênero. É uma pessoa com deficiência visual, pai, avó, é Mestre em Educação (GENI/ProPEd / UERJ - com bolsa CNPq), Especialista em Gênero e Sexualidades (CLAM / Instituto de Medicina Social - UERJ - com bolsa da própria instituição) e Especialista em Orientação Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar (ISV). Graduada em Letras - Literatura Inglesa (Licenciatura / UNESA), Pedagogia (Licenciatura / UERJ) e Letras Vernáculas e Literaturas Brasileiras, Portuguesas e Africanas em Língua Portuguesa (Licenciatura / UNESA), cursou Jornalismo (UNESA/2021-2023) é considerada a primeira âncora do jornalismo brasileiro através da mídia (pós TV) Brasil 247. Voluntária na ONG Britânica Sahir House no Reino Unido (2011/2012), onde trabalhou em ações de inclusão

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal. Professor (contratado) de História da Rede pública Estadual de Minas Gerais. Membro do NEGUEM (Núcleo de Estudos de Gênero da UFU. Estudioso de Gênero, Sexualidade, Teoria queer e Cinema Marginal Brasileiro, idealizador (junto com sua irmã Mariluiza Vilela) do coletivo LGBT “As cores do Pontal” (2013-2017) e é ativista LGBT+.

social e permanência de refugiados oriundos do Oriente Médio, América Latina e África. Recebeu a Medalha ALUMNI da Universidade Estácio de Sá (2017) pela luta na implantação do nome social, nas plataformas educacionais da instituição nacionalmente e por atuar junto à comunidade carioca pela trans-inclusão.

Recebeu o Diploma de reconhecimento e gratidão em atividades durante a pandemia de COVID-19 da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - RJ (2021). Conferida pela Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro com a Medalha de Reconhecimento Chiquinha Gonzaga (2023). Prêmio Antonieta de Barros em relevância aos mês das mulheres pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ-2023). Membro da Associação Nacional de pessoas trans e travestis - ANTRA e da Rede Campanha Pelo Direito à Educação. Membro do Comitê Científico de Acessibilidade da ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Segunda secretária financeira da ABEH - Associação Brasileira de Estudos da Transhomocultura(2021-2023). É professora mediadora na disciplina de Informática em Educação no curso de Pedagogia / Ensino à Distância na UERJ. Membro cofundadora da CIPAAI - Câmara de Implementação de Políticas Afirmativas Antirracistas e Interseccionais da UERJ. Atualmente é doutoranda em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (GESDI/FFP/UERJ). Pesquisa: desigualdades e a diferença, a laicidade e o *backlash* e a bio/necropolítica e as identidades como estruturas determinantes para a EXCLUSÃO/inclusão travesti/trans no contexto homo-conversador-nacionalista brasileiro. Interessa-se pelos feminismos interseccionais, QUEER e CRIP. Pesquisa, traduz e escreve sobre TRANSEPISTEMOLOGIAS (e o corpo Intersexo) na Edu(comuni)cação.

A Entrevista foi realizada no dia 29 de maio de 2023, online, via aplicativo WhatsApp.

Fabrício Marçal Vilela: Olá, Sara. Graditão por nos conceder essa entrevista. Para iniciarmos a conversa, gostaria que você contasse sobre sua experiência como estudante do ensino fundamental, graduação e pós-graduação.

Sara Wagner York: Posso dizer que passei pelos três espaços como aluna e como professora. E talvez o jogo *anatomo-performo-genealógico* seja um tanto complexo. Utilizo esse termo por fazer uma alusão à parte anatômica, que é relacionada ao sistema sexo-gênero, como um apêndice do que seria sexo; performatividade como um apêndice daquilo que estaria relacionado ao gênero e o genealógico sobre uma gênese que estaria atrelada a ambas as possibilidades, desenhadas pelo sistema sexo-gênero binário e estruturalmente compulsório, ao longo das nossas jornadas.

Portanto, chamo de estrutura complexa. Ao situar possíveis gêneses nesses movimentos, sou sempre levada a repensar o teor e o peso da controladoria promovida pela governança cisgênera como pessoa vinculada a um registro de nascimento binário que cresceu em águas de profunda ficção de si mesma, tendendo a duvidar, chancelo-a ainda que seja fora de uma possível autonomia e consciência. O que eu estou dizendo nesse momento é exatamente sobre a forma como a narrativa da cisgeneridade imposta, para mim, era muito perceptível e como a minha percepção, já muito jovem, não coadunava com essa mesma análise. O anátomo falo que apresento como parte do imaginário produzido socialmente sem a devida constatação social adulta, legitimou a minha caminhada escolar enquanto criança. O que significa que existia uma possibilidade de leitura de menino sem presunção do pênis como aparato justificante da cisgeneridade, mas impuseram o gênero e sexo masculino, sendo sexo igual a gênero .

Julgo que por estar atravessada por esses marcadores sociais da diferença e

pela travestilidade com maior importância, a idade, enquanto ageísmo e a geracionalidade performam o corpo capaz. Aqui eu estou falando sobre a possibilidade de uma capacidade performática geracional que está atrelada aos corpos úteis. Ou seja, enquanto aluna era preciso confrontar ideias e estudar para não perecer no mundo e enquanto docente, no campo escolar, também era e é preciso dar conta de um aprendizado extracurricular para sobreviver em sala de aula.

Fui levada ainda muito criança a perceber que as regras mudavam entre mim e as pessoas, ou entre mim e a minha avó, com maior atenção. Com a minha avó paterna aprendi a não correr e que não correr era preservar, por exemplo, os meus e as minhas colegas pareciam não passar pelos mesmos dilemas.

A performance do corpo envelhecido e a performatividade do corpo político transrasuravam as primeiras impressões de ser e estar no mundo, sobretudo quando eu pensava como alguns corpos estavam e eram traduzidos pelo mundo. Mesmo anos depois, ao ver mulheres trans e travestis velhas não distinguíveis das mulheres não trans. Eu passava várias horas ao longo da minha infância e da minha adolescência observando pessoas em seu agir e desde muito jovem me sentia fascinada pela velhice e pelos habitantes desse combo geracional. A aparência, de fato, foi um grande problema ao longo da vida. Quanto mais crescia, mais eu parecia e aparecia, e aparecia demais. Para uma jovem com tantos modos e itens alocados ao feminino, meus modos desafiavam o verbo “parecer” (que está muito mais vinculado à percepção do outro sobre algo) porque de outro lado estava o “aparecer”, que se refere aquilo que apresentamos ou mostramos. No meu caso entre parecer feminina e o aparecer estavam um rosto quadrado, mandíbulas super atrofiadas, desenho alongado e o nariz adunco. Então não era só performar a feminilidade, mas ao longo de toda essa vida escolar eu também aparecia demais e aparecer

demais significa estar fora da uniformidade escolar.

Talvez por isso eu tenha sofrido tanto, de tantas formas, em tantos níveis e com tantas pessoas. As violências sempre foram e continuam sendo produzidas por diferentes pessoas. A minha avó não havia me educado para me autodefender com a força das mãos, isso eu aprendi depois. Na escola além dos colegas, a violência era claramente produzida pelas pessoas que estavam em espaços de poder em todas aquelas escolas. Então enquanto professora era/sou “desafiada” pela diretora, a coordenadora, outra professora ou professor, eventualmente algum aluno. Enquanto aluna sempre havia um colega mais “macho” querendo aparecer, mas logo era contido pelos próprios colegas. Havia colegas que produziam a violência.

Tinha uma grande maioria que se colocava neutra e tinham colegas que sempre colocavam em defesa. Mas era muito interessante como os gestores e os diretores escolares, e os supervisores eram quase coniventes com a prática do *bullying*, tendo como nome naquele momento, mas sabemos que se trata de racismo transfóbico ou transfobia nos seus mais diversos acenos.

Fabrício Marçal Vilela: No seu ensaio “No Mar dos Abandonos: suspiro entre a teoria e prática *queer*”, você relata sua história de vida, sua formação educacional, sua prática política e faz provocações às práticas *queer*. Você faz menção sobre sua luta no movimento LGBTQIAP+ . Você pode nos contar sobre essa experiência?

Sara Wagner York : Bom, eu acho que é um dos meus primeiros textos, ou é o primeiro texto, e é um texto que para mim é extremamente rico, porque talvez ali naquele momento eu ainda não soubesse escrever, ou tivesse a pretensão de escrever com alguma presunção acadêmica, ignorando todos os meus traçados e toda a minha história para tentar me fazer melhor, mais legível na academia, ou para a academia. Também é um texto que marca o

que hoje para mim é uma condição de trabalho na academia: fazer junto, o fazer parceiro. Lembro de enviar timidamente o texto para o professor Felipe Fernandes e algum tempo depois receber uma ligação da grande professora Luma Nogueira, que se tornaria uma querida amiga, mas naquele momento ela dizia que fariam um dossiê para REBEH (Revista Brasileira de Estudos da Homocultura) apenas com textos trans e o meu estaria lá. Eles queriam saber se eu concordava. A lição para mim era muito evidente, a partir de agora era tudo junto e misturado. Não à toa, o título desse texto é *No Mar dos Abandonos*, porque ali eu percebia que enquanto travesti, enquanto um corpo travesti, dentro da sigla, o nível de rejeição não era simplesmente teorizado de qualquer forma, mas ele era um corpo que, por e apesar de tantos textos, ainda seria extremamente rejeitado em todas as suas estruturas.

Posteriormente propus alguns dossiês e escrevi alguns textos, sempre chamando alguma travesti que tivesse relação direta com o tema ou com aquilo que me tocasse. E isso tem uma relação direta, inclusive, com os corpos intersexo, que é parte de uma produção que eu tenho extremo interesse, por conta da transexualidade ou transexualização compulsória imposta aos corpos das pessoas intersexo. A transexualização compulsória é chancelada pela sociedade através da higienização proposta e executada pela medicina, mas a transexualidade, quando é possibilitada pelos sentidos médicos para uma pessoa cis, sofre ou tem vários níveis de problematizações que são apontadas como dispareas, oximoros e/ou inelegíveis socialmente.

Então, para mim, naquele momento, essa relação entre os corpos que podem se colocar como lésbicos, gays, bissexuais, *queer*, assexuais ou pansexuais, ou outras tantas infinitudes de orientações sexuais, são corpos que, na sua estada nesse mundo, podem ou não estar performando uma estrutura identitária que os corrompa, ou que mostre os corrompidos pela própria estrutura. O que eu estou chamando de corpo corrompido pela estrutura, ou aquele corpo que será o corpo que corrompe. Romper significa

não mais estar junto. Corromper significa que dois espaços deixam de ter e compor os mesmos significados. Quando esses corpos corrompem certas dinâmicas, nós temos ali algum problema, ainda que isso gere para algum deles, libertação. Quando corpos LGBTQIAPN + (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários), se mostram dentro de um registro social cisgênero, ele será um corpo que não terá novos problemas relacionados às questões da identidade, sobretudo das identidades dissidentes. Mas quando esses corpos, esses mesmos corpos, produzem faíscas que geram dúvidas sobre a sua performatividade, e essa performatividade está estritamente ligada a uma leitura social presumida e pressuposta para a aparência, aí nós temos uma série de problemas. A performo-morfabilidade. Enquanto a performatividade inquirir aparência, a morfabilidade assimila a capacidade de mudar de forma. Textos do Santo Ofício mostram como havia certa frequência do uso do genital conforme exigência em questão. Não à toa, é bom que se diga que se o sexo é uma denotação estrutural e estruturante de uma anatomia ou fisiologia, ser transexual estaria para essa ultrapassagem, esse rompimento desse sexo enquanto prescrição anatômica. Se eu sou uma pessoa transgênero, eu estaria dentro desse outro registro, não é?

Que se o gênero é dado como um construto social, e nós já sabemos que sexo, gênero e todas essas outras possibilidades de estar no mundo são sempre construções sociais dadas pela linguagem e isso é o próprio exercício da língua como capacidade materializadora (voga dos estudos pós-estruturalistas em ação), nós sabemos que esse gênero, enquanto construto social, ele pode ser rompido, então as práticas ou os papéis de gênero utilizados por alguns sujeitos, elas podem ser subvertidas. Desse modo, sendo uma pessoa que subverte o gênero, que ultrapassa as bordas desse gênero, alguns sujeitos serão lançados à nomenclatura de transgêneros ou transgêneras ou

transgêneres, se assim preferirem. Penso nos corpos desafiantes que são apresentados em *Gêneros Incríveis* (2019)².

E ainda temos as travestis, uma identidade que emerge, sobretudo, com o retorno de muitas travestis na década de 1970/80 da Itália, onde têm o nome travestido como parte de si. “*Loi è travestito*”, que era uma forma de dizer que fulano estava muito carregado de alguma coisa, muita maquiagem, tinha muitas indumentárias. Esse “travestido” chega no Brasil com as primeiras imigrantes que foram expulsas de suas famílias, de suas casas, as mais ricas mandadas por seus familiares para a Itália, para a Europa e voltam, então, com a palavra. A gente tem aí um recorte bom de classe, porque não era qualquer uma, nem de qualquer jeito, que conseguia atravessar o oceano naquele momento para fazer uma nova vida fora do Brasil. E a palavra enquanto identidade começa a nascer justamente com essas que já voltavam com maiores informações lá de fora. Assim, travesti passa a ser uma constituição política identitária, sobretudo latino-americana, por ter uma designação muito própria dessas mulheres latinas, sobretudo brasileiras, que iam e entrelaçavam as suas várias linguagens fora do Brasil. Então, não era só o italiano que era falado, era o pajubá com o italiano, era o italiano com o português e o pajubá, era um pedaço de francês com italiano e pajubá. Elas eram tudo e um pouco mais em nome da sobrevivência!

Era toda essa junção de tantas formas de falar que essas travestis retornavam, dizendo que foram constituindo formas de ser e estar no mundo, inclusive na rua, se socializando entre aquelas que tinham uma dita legitimidade travesti, porque aquelas que retornavam, já glamurosas e belas, já tinham passado por processos cirúrgicos, e aquelas que não tinham essa legitimidade, porque não tinham o famoso silicone, o óleo no corpo. Passar

² DUQUE, Thiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/o*. Editora Devires. 2021.

por esse processo era um validador dessas identidades, sobretudo quando falamos de transexuais e travestis. O transgender chega com uma outra forma, com uma forma mais higienizada no Brasil para muitas de nós, em inglês e pela porta da frente. Os muitos mitos, eu assisti acontecer. Travestis abrindo sacos de dinheiro e comprando carro à vista porque queriam mesmo revidar a humilhação estampada na sociedade e glamourizada por Hollywood (aqui aludo ao filme *Uma Linda Mulher* de 1990).

Fabrício Marçal Vilela: O livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de Judith Butler, considerado por muitos/as pesquisadores/as *queer* como a pedra angular desse campo de estudos, afetou seu pensamento e sua prática política? Se sim, de que forma? Você considera que hoje, há limites no pensamento de Butler em relação à prática da militância?

Sim, eu acho que existem algumas coisas que fomos aprendendo e que vão ficando mais evidentes com o passar do tempo. Eu acho que existem sujeitas, sujeites e sujeitos que escrevem uma teoria e, muitas vezes, essa teoria é um esforço para suas práticas. Outros escrevem com esforço de suas práticas. E outros sujeitos que estão dentro de uma lógica, muitas vezes, produtivista e dispostos as marcas de excelência, não importando a quem seja (co)rompido, cuja produção teórica, por mais que seja interessante e interessada, é uma produção que visa um pertencimento dentro da produção de legitimidade para o seu tempo. Uma produção de episteme, onde a configuração desse sujeito quase só existe porque ele é um constante produtor de sua própria realidade e funciona quase como um jornalista ao decidir o tónus e elementos de sua teoria. Eu estou dizendo sobre autores que foram vivenciando muito atualmente diferentes abordagens de seus casos e de suas teorias e foram se renovando com elas.

Judith Butler é uma filósofa, essa é a sua principal categorização ou

autocategorização. Na sequência, ela se coloca como uma teórica feminista. Até hoje, a gente não sabe como se referir a Butler, uma vez que a própria Judith Butler, há alguns anos, já não pertence a um gênero A ou B, por definição, ela se retirou da estruturação binária de leitura, exatamente, numa movimentação subversiva, que aloca a sua luta, o seu trabalho, a essas outras possibilidades que ela própria já havia materializado em seus livros, com seus conceitos dentro de problemas de gênero. Onde, por exemplo, ela fala sobre essa performatividade do gênero, ela argumenta que o gênero não é algo inato, tampouco biológico, mas que ele é construído através da repetição dos atos, dos gestos, daquilo que é considerado masculino ou feminino, que é uma leitura muito mais contemporânea daquilo que foi estabelecido previamente por John.L Austin e Jeffrey Weeks.

Segundo a Butler, naquele momento, e mais precisamente nesse livro, ela chama isso, inclusive, de performance. E há ali, depois, uma separação entre essas duas instâncias, muito bem explicada pela Sarah Salih, a performance e performatividade. Enquanto um pode ser livre e teatral o outro é uma produção intencional perpassada pela governança dos corpos. Outro ponto da Butler, nesse livro, que é muito interessante, é que ela também apresenta uma ideia que já havia sido ventilada por outras teóricas, mas que ali, em 1990, ela aponta com uma segurança que eu acho que já era meio que projetada por livros como o de Gayle Rubin, o *Tráfico de Mulheres*, que era muito percebido por feministas estadunidenses, mas também parte do feminismo europeu, como uma quase que obrigatoriedade de você pertencer a uma determinada lógica de sexualidade, principalmente porque muitas delas eram lésbicas.

E para nós que somos pertencentes a lógicas e estruturações governamentais diversas ou diferenciadas da cis-heteronormatividade, a gente percebe isso com muito mais facilidade. Então a Butler vai falar sobre essa heterossexualidade normativa, como uma coisa obrigatória que exclui

qualquer outra sexualidade que salta, que foge dessa norma. Então aquelas pessoas que não se ajustam, elas seriam marginalizadas, discriminadas e sofreriam sobre si o peso desse não registro à inserção social.

Um terceiro ponto interessante da Butler em *problemas de gênero*, está em destacar também a importância de uma perspectiva que ela não vai utilizar como sendo interseccionalidade, como percebemos, como vimos e aprendemos com Kimberlé Crenshaw. Mas uma perspectiva de interseccionalidade, onde ela fala de fluências de opressão de raça, classe e orientação sexual, muito provavelmente a partir das leituras dos clássicos, daquelas que já haviam lido, relido e aprimorado o pensamento marxista. Então ela traz esse registro, mas não tão aprofundado, não tão pontuado como Kimberlé Crenshaw, mas mostra que há toda essa possibilidade. Que inclusive foi o que me levou a conhecer Patricia Hill Collins e seu trabalho “Bem Mais Que Ideias” onde tive a oportunidade de mediar o lançamento a convite da Editora Boitempo.

O papel da violência como uma construção de gênero é um outro ponto, talvez o quarto ponto, que a gente possa falar no trabalho de Judith Butler, que é a utilização dessa forma, das produções de violência e opressão para manter um sistema de gênero dentro de dois registros que estariam sempre dentro daquilo que seria o correto, o certo, o permissivo, aquilo que confere um grau de autenticidade, de legitimidade, de bom, de cristão, que também é um desdobrar que a gente vai ver no livro de uma outra teórica chamada Eve K. Sedwick, que trabalha as questões do armário³, mas que é interessante que esse pensamento todo emerge a partir dessas *sapatãs*, ou essas mulheres que produzem fora dessa lógica [heterossexual].

³ A entrevistada se refere ao seguinte texto: SEDWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. In: *Cadernos Pagu* (28), janeiro/junho de 2007.

Então quando você me pergunta sobre o trabalho da Butler, e como o meu pensamento é afetado? Ele é afetado justamente nesse momento quando eu percebo que essa pessoa, essas mulheres, elas só conseguem compreender a estrutura e a imersão dos seus corpos numa política de vida ou numa política de morte a partir da análise de si mesmas e contextualizando a si mesmas dentro dessas práticas, daquilo que seria posto como hegemônico, tradicional, padrão, normativo. Respondendo a segunda pergunta, se há limites naquilo que Butler disse, a minha resposta é que sim, claro, é uma teórica em evolução e como uma teórica em evolução, eu acho que Butler consegue fazer boas análises com o corpo implicado, mas ainda deixa lacunas, por trazer de modo explicativo o corpo *drag*, muitas vezes sendo relacionado ao corpo travesti nas tratativas de língua portuguesa, então existe ali quase que um modo de dizer ou falar sobre esse determinado assunto dessa área de um modo e não se comprometer com algumas identidades, seria por exemplo eu chamar *hijdras*, de mulheres, ou de as travestis indianas,, seria como pegar um pedaço de uma identidade para poder explicar uma outra identidade. Para não cair nesse risco e não se comprometer, obviamente, eu acho que Butler faz o uso das *drag queens*, o que eu acho que por um lado é um acerto, por outro lado também mostra algumas limitações no campo da percepção e estruturação de políticas públicas para o nosso tempo enquanto identidades que não são vistas, que não são faladas e que são compulsoriamente jogadas ao estado letalizante.

Fabrício Marçal Vilela: Na primeira década do século XX, as tecnologias de comunicação como os celulares, computadores, notebook etc foram aperfeiçoadas. Neste contexto, o transfeminismo passa a ser popularizado pelo blog transfeminismo.com, criado em 2014, pela blogueira, escritora, tradutora e pós-graduanda em antropologia Hailey Kass. Neste mesmo ano, a psicóloga transfeminista e teórica *queer* Jaqueline Gomes de Jesus organiza o livro *Transfeminismo: teorias e práticas*. No ano de 2021, Letícia Nascimento publicou o livro *transfeminismo*. Em sua visão, o que é o

transfeminismo e como essa perspectiva pode oxigenar as teorias sociais e a prática política?

Sara Wagner York: Excelente pergunta. O transfeminismo é um movimento que foca, sobretudo, na luta por direitos de pessoas trans. E eu vou usar o trans como uma especificação maior, exatamente para não diminuí-lo enquanto luta. Uma vez que esse transfeminismo tem início na sua potencialidade maior com mulheres transgêneros ou transexuais, mas a partir de mulheres trans e travestis. Essa corrente do pensamento feminista busca criar espaços inclusivos e seguros para pessoas trans, promovendo não apenas a igualdade dentro desse espectro chamado gênero, mas tentando também derrubar a opressão que pessoas trans sofreriam cotidianamente pela lógica de uma governamentalidade cisgênera. O que é essa governamentalidade cisgênera? O que a gente pode dizer sobre isso? Sobre governamentalidade, há uma estrutura trazida por Michel Foucault que vai dizer exatamente que é um conjunto de instituições, de processos, procedimentos, reflexões, táticas e estratégias, estou usando também Michel de Certeau, que tornaram possível o exercício de um tipo específico de poder para uma gestão de recursos, pessoas e situações que estariam dentro de uma determinada ordem. E essa ordem é a ordem cisgênera, ou seja, existe, assim como podemos falar sobre um pacto nacional onde todas e todos respeitam uma Constituição Federal, assim como podemos dizer muitas vezes que existe um pacto social em torno da bíblia, por exemplo, como um livro sagrado, existe um campo invisível, mas que é muito material, por exemplo, chamado capitalismo, que é um sistema que a gente imagina que é aquele papel que a gente pega, mas há quanto tempo não pegamos o papel em si? Então há um sistema em que todos estariam imersos.

Da mesma forma e com essa mesma lógica de produção de realidade, segundo Foucault, com esse conjunto de instituições, esses mesmos modos produziram sujeitos que estão dentro de um determinado regimento e esse

regimento seria a cisgeneridade. Então há esses sujeitos, toda possibilidade de alcançar alguns lugares. Para os sujeitos que cortam ou que rompem com essas lógicas, há outros problemas.

O transfeminismo aponta justamente esses vácuos, esses buracos. O transfeminismo reconhece a luta de pessoas trans como uma luta que está interrelacionada entre a igualdade de gênero, a opressão, como resultado de normas sociais e culturais que são muito rígidas e, portanto, elas constroem, elas são construídas justamente pela violência. Então o transfeminismo dessas mulheres que são citadas, ele busca desafiar e desconstruir essas normas de gênero, promovendo uma aceitação e uma inclusão de todas as identidades para além daquelas que são as cisgêneras ou as lógicas de vivência cisgêneras. O transfeminismo é um movimento feminista que se enfoca, que está mais focado nos direitos e nas necessidades das pessoas transgênero, transexuais, travestis, exatamente para que haja o fim de uma política letalizante, chancelada pelo Estado.

Então a pergunta é, como eu percebo esse transfeminismo oxigenando teorias sociais e práticas políticas, eu penso que o transfeminismo, ele é a própria oxigenação dessas muitas teorias sociais, dentre elas o socialismo, por exemplo, as leituras mais atualizadas de políticas de coabitação, as conversas mais recentes sobre políticas de aliança, as práticas políticas contemporâneas de leitura e exercício para a fraturação das masculinidades tóxicas, aberrantes e aviltantes, que estão sendo praticadas a todo tempo no Brasil e em todo o mundo, sobretudo quando são fomentadas e produzidas por agentes de uma ultradireita que não querem pensar sobre vidas que foram excluídas, porque a sua própria perpetuação no poder está manifestada na prática de submissão de outros sujeitos. Acredito que Halley tenha sido aquela primeira mega atenta às redes que naquele momento ainda eram meio que possíveis para alguns. Jaqueline Jesus produz seu livro sobre olhar metodológico e já chancelada enquanto doutora e pesquisadora, assim como Letícia. Sempre

tenho a impressão que para todas escrever sobre algo tão próximo foi e é doloroso, mas para algumas, como no caso de Halley Kass não era apenas pesquisa, era desconforto com mundo, percepção das injustiças diante de si e falta de “âncora”. Na língua inglesa usa-se “âncora” como simbologia para um lugar seguro, onde possa ancorar. Eu nunca encontro conforto nas linhas de algumas dessas companheiras de caminhada, a Halley, a Bia (Pagliarini) a Dani (Andrade), sempre tem um como, um porquê, que convoca depois do ponto final.

Fabrício Marçal Vilela: Quais as/os estudiosas/os estrangeiros/as e brasileiras/os que influenciaram seu trabalho intelectual?

Sara Wagner York: Meu primeiro TCC da docência, das licenciaturas foi justamente sobre o título, ele chama a “Psicologia do desenvolvimento no processo ensino-aprendizagem”. O segundo foi sobre o beijo, o chamado “Beijo Gay nas telenovelas e a produção pedagógica”. Os dois saíram praticamente no mesmo ano. Dois trabalhos de conclusão de curso, uma vez que a diferença de um para o outro é de seis meses. Nesse primeiro, eu queria muito entender como funcionava o processo ensino-aprendizagem dentro dessas perspectivas da psicologia e do que os grandes teóricos compreendem dentro desse processo. Então não era só ler Paulo Freire. Eu queria saber como esse processo acontece. E para isso eu tive que mergulhar em Vallon, Vygotsky, em Carl Watson. São os teóricos da teoria da aprendizagem que fazem, que produziram teoria nesse campo que mescla psicologia e educação. Um desses teóricos, eu também me apaixonei, que foi o Freud. Porque justamente o Freud, quem vai dizer, por exemplo, “que somos constitutivamente bissexuais” ele ali enquanto um desses símbolos, esse grande teórico que influencia as pesquisas diretamente da psiquiatria e da neurologia, exatamente por defender concepções da personalidade, que tiveram fortes influências sobretudo da cultura ocidental. Então existe uma série de

fenômenos capturados nas análises desses teóricos que muito me chamaram a atenção e até hoje continuam chamando. O Vygotsky com a sua ZDP - zona de desenvolvimento proximal, por exemplo, que até os dias atuais sustentam as classes mistas e não segregadas.

O Freud, quando ele diz literalmente no seu livro *O Mal-Estar da Civilização*, traduzido em 1980: “*vamos tornar claro para nós mesmos qual a nossa primeira tarefa de educação, que a criança deve aprender a controlar os seus instintos. É possível conceder -lhe liberdade de pôr em prática todos os seus impulsos sem restrição. Por conseguinte, a educação deve inibir, proibir, suprimir. Ela tem se firmado que toda educação possui um objetivo tendencioso que ela se esforça para fazer. A criança alinhar-se conforme a uma ordem estabelecida da sociedade sem considerar qual o valor ou qual o fundamento dessa ordem para tal. A educação, segundo uma linha psicanalítica, deve -se dar finalidades outras e mais elevadas, isentas das exigências reinantes na sociedade.* (p.184)

Esse trecho do Freud, talvez seja um dos que tenha mais despertado meu interesse, exatamente porque ele está dizendo que existem uma série de limitações (de tempo, espaço e percepção que outros teóricos logo preenchem - a saber Melanie Klein). A partir disso, a gente pode até entender outros tantos teóricos, Vygotsky com o seu trabalho, Watson com um outro pedaço do seu trabalho, Piaget, Dewey, Rogers eles foram os fundantes ali na educação que se consolida com Maria Montessori, bell hooks e Freire.

Na sequência, Michel Foucault com o seu trabalho ao atravessar o oceano, porque eu começo a ler Michel Foucault do final para o início, com os seus trabalhos finais. Eu começo com *A história da sexualidade 4* e depois eu vou ler as outras e depois vou conhecer *Vigiar e Punir*, que para mim faz o grande link da escola do nosso tempo com os grandes problemas que, inclusive, temos enfrentado.

Para além disso, as sapatões, as sapatonas, as lésbicas e as pretas, e aí posso trazer Patricia Hill Collins, Faye Harrison, Angela Davis, Megg Rayara, Sofia Favero, Lélia Gonzalez, Edmea Santos, Ceu Cavalcante, Cátia Antônia, Conceição Evaristo e Sueli Carneiro. Esta última conheci pessoalmente na posse da diretora do Arquivo Nacional, Ana Flavia Magalhães Pinto e diante de um sufoco que era a posse em si, eu receberia a Medalha Chiquinha Gonzaga e já estava com grande atraso quando contei a Sueli, que se aproximou e disse: “Você empossará muitas mulheres, mas hoje você receberá essa medalha. Se apresse, justifique sua saída, eu falo depois de você!”. Nos tornamos amigas e senti a cumplicidade feminista em seu abraço.

Eu acho que eu preciso falar de uma preta que foi muito maravilhosa para eu poder entender uma série de coisas que mexiam em mim, que é Jurema Werneck e Denise Ferreira da Silva, que tem um trabalho chamado Dívida Impagável, que é um dos trabalhos mais interessantes que li a partir de Fátima Lima e Maria Elvira Díaz-Benítez. A Cida Bento, com o livro *O Pacto da Branquitude*, que me faz pensar inclusive no pacto da cisgeneridade. Se existe um pacto da branquitude, existe um pacto da cisgeneridade, da heteronormatividade, e aí a gente pode pensar muitos pactos excludentes de tantas gentes.

Essas grandes teóricas, eu devo estar esquecendo de alguma, certamente.

Devo estar esquecendo várias, mas essas mulheres, elas certamente foram as principais para que eu pudesse observar o mundo que me cerca. As teóricas/os do campo de gênero, estadunidenses e brasileiras. Maria Rita César, Fernando Pocahy, que me coloca os pés no Brasil, definitivamente, porque eu tinha um olhar muito enviesado por ter morado fora, e é ele que vai me atentar para o que existia. Colocar os pés aqui no Brasil, porque essa comparação precisa ser feita, porque para mim a academia estava nesse lugar de produção do que é bonito, vendável, e ele faz esse outro trabalho.

Fabrício Marçal Vilela: Em sua dissertação “Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação”, com orientação de Prof. Dr. Fernando Altair Pocahy, defendida no programa de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, você tem formulado um conceito, *Cisgovernamentalidade*. Como esse conceito pode ajudar na análise das produções culturais?

Sara Wagner York: Bom, então, eu vou conhecer, nos trabalhos do Foucault, uma das palavras que me chamavam mais atenção era, talvez, era *governmentality*, essa política da governamentalidade, essa coisa de governar sobre o outro. A prática, a própria estruturação do trabalho do Foucault, é produzida sobre o pensamento do poder. Ele é um teórico que vai pensar o poder em vários sistemas, em várias camadas, de várias formas. Então, todos os trabalhos que você pega do Foucault, parece que ele está sempre perguntando como o poder funcionou, e aí ele estabelece um espaço-tempo. E o espaço-tempo, inclusive, é uma das formas de referência Foucaultiana.

E eu precisei, para poder entender, e não só o Foucault, mas começar a entender a partir daquilo que já era proposto pelo Fernando Pocahy, pelo César Candiotto e por Sílvio Galo (temos uma aula on-line juntos produzida na pandemia que é uma verdadeira obra de arte). Porque a governamentalidade, essa chave que ele vai mostrar no seu livro da biopolítica, ele vai chamar isso de uma análise, ou uma forma de analisar essa estrutura de poder, quando ela é produzida pelo Estado. Então, eu acho que ali naquele momento, quando a gente pega a teoria da soberania sobre uma outra era, por exemplo, a gente pega o Estado soberano, que é aquele governado pelos reis e príncipe, lá no *Príncipe* de Maquiavel, por exemplo, e isso é o Foucault falando, ele diz que, “pois, ao mesmo tempo, pluralidade das formas de governo e imanência das práticas de governo em relação ao Estado, multiplicidade e imanência dessa atividade que a opõe radicalmente à singularidade transcendente do príncipe de Maquiavel. O que ele está

dizendo aqui é que existem forças diferentes que vão surgir exatamente entre dois sistemas muito diversos que só são percebidas exatamente quando são confrontadas.”

Ele trouxe esses três modos, que é o governo com relação ao Estado, o governo com relação à multiplicidade e o governo com relação à imanência. Porque, de um outro lado, existia uma singularidade daquilo que era chamado transcendência. Então ele utiliza O príncipe, o livro de Maquiavel, porque ele está tentando dizer, ou ele está dizendo, ou eu estou entendendo, melhor dizendo, que naquele momento específico existe um modo de produção onde existe todo um jogo de comodidade entre os sujeitos.

Olha a lógica, “eu tenho um pedaço de terra e você não tem nada. Eu vou te dar um pedaço da minha terra para que você viva e morra, faça suas coisas e, em troca, você pode tirar toda a sua comida para você e para a sua família e me dar a parte que eu quero.” Eu estou, então, te cobrando um negócio que eu acho que chama, a gente poderia chamar aqui hoje, de aluguel. É claro que eu estou falando sobre o sistema feudal e como ele se estrutura nessa lógica da política da governabilidade ou da governança da teoria da soberania. Mas é interessante percebermos que é essa governamentalidade que vai possibilitar como eu percebo a função do poder em diferentes recortes em espaço-tempo.

A partir dessa pegada, dessa compreensão, a partir dessa estruturação Foucaultiana da governamentalidade, a gente vai poder, inclusive, mais adiante, falar sobre possibilidades e máquinas de produzir uma realidade para esses diversos sujeitos que hoje nós conhecemos como iterabilidade. Então, esse modo de produzir, inclusive, a cultura, a episteme, esse momento que naquele período, por exemplo, o período de reis, príncipes e igrejas, o período do poder soberano, não era percebido dessa forma. Ele vai ser percebido dessa forma um pouco mais adiante quando a gente sai dessa era que é o feudalismo e entramos no próximo ciclo, que é a Idade da Luz, não à toa esse nome.

A governamentalidade, então, não é apenas esse modo de estruturar uma genealogia desse poder, mas ela é, sobretudo, a compreensão dita pelo próprio Foucault dessa tendência, uma linha de esforço em todo o Ocidente que não cessou de conduzir desde muito tempo à preeminência deste tipo de poder que podemos chamar de governo sobre todos os outros. A soberania, a disciplina e que, por parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo ao desenvolvimento dessa série ou desse amontoado também de saberes. Isso é um trecho de Foucault que eu também, citando aqui porque, graças a essa compreensão do saber-poder, que nós vamos, inclusive, colocar quais corpos têm linhas de inteligibilidade e quais os corpos que estão fora dessa chamada linha de inteligibilidade.

Portanto, a cisgovernamentalidade seria exatamente esse poder exercido entre sujeitos pactuantes de um tempo, de uma episteme, de uma lógica de poder, de utilidades e táticas e estratégias de dominação sobre outros sujeitos a partir de um alinhamento entre os seus sexos e os seus gêneros. O que está fora disso, inclusive, Berenice Bento vai chamar de heteroterrorismo e eu chamo de cis-heteroterrorismo.

Fabrício Marçal Vilela: Na segunda década deste século, notamos a produção discursiva, produzida pela Extrema Direita, contra LGBTI+, enfaticamente contra pessoas trans e travestis. Como você analisa essa necropolítica?

Sara Wagner York: Sobre a política antitrans, eu acho que é uma discussão que emerge, não vou desqualificar dizendo que não merece atenção, mas eu estudei algumas teorias e depois tive percepções empíricas e várias respostas que contrariam toda a lógica cisheteronormativa, binária, compulsória e presumida que estabelece mulheres e homens como dois sujeitos únicos diferentes que permeiam o mundo e que vieram do barro. Dito isso, eu preciso voltar para o lugar onde estou e lembrar a frase clássica de

Simone de Beauvoir, que pegava geral, ela era parte de um trisal muito interessante, e no seu livro *Segundo Sexo: experiência vivida*, que foi traduzido aqui no Brasil pela Nova Fronteira, em 1970, ela diz, “ninguém nasce mulher, torna -se mulher, nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade. É o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho e o castrado, que o qualificam o feminino”, ou seja, ou você é o macho ou você é o castrado, até você tomar posse de todo esse conhecimento de colocar-se dentro de uma outra lógica que não seja a da subalternidade. Por isso, nem sempre esse sujeito vai ser assujeitado.

Funciona muito, eu acho que para muitas pessoas, discutir isso a partir de uma estruturação biopatologizante do século XVIII, que traria os corpos castrados como corpos inválidos. Então, o homem, ele é a máxima da supremacia, porque ele teria o seu desenvolvimento pleno até o último segundo, por isso, o pênis, inclusive, veio para fora. Quando às mulheres, elas não tiveram esse desenvolvimento por algum motivo, a temperatura, outros ciclos, portanto, não desenvolveram pênis, então são homens incompletos ou castrados. Isso é teoria científica utilizada durante o século XVIII e XIX.⁴

Não é possível que no século XX, depois da mulher ter sido objeto de estudo ao longo do século XIX, entrarmos por essa porta discutindo mulher como uma essência inata de quem possui vagina e/ou útero, ou menstruam, ou amamentam, ou tem filhos, porque se ela não tiver filho, inclusive, ela vai estar dentro de um registro de incompletude. Esses vários modos de percepção, eles são, a todo tempo, rechaçados pela sociologia, pelos estudos atuais sociológicos, eles também são rechaçados em vários níveis culturais pelos estudos antropológicos, e hoje a gente pode citar aqui o caso dos povos

⁴ A entrevistada se refere aos estudos desenvolvidos pelo historiador Thomas Laqueur. Ver: Laqueur, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*/Thomas Laqueur; tradução Vera Whately. - Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

inuit, que foram ali mostrados pelo Talcott Parsons, no século passado, onde ele mostrava como que se daria a estruturação dos sexos e dos gêneros entre os povos moradores dos iglus.

Podemos mas a gente pode também pegar dentro das perspectivas biológicas, só que um biológico real, um biológico disposto a mergulhar na biologia, não um biológico superficializado. Então, para falar desse biológico que mergulha, podemos trazer Anne Fausto-Sterling e Donna Haraway, biólogas do tempo contemporâneo, que discutem sobre os corpos de forma não essencialista.

Podemos acionar, por exemplo, o doutorando Amiel Vieira, um grande teórico deste tempo, que não está dentro de nenhum registro possibilitado dentro dos nossos estudos, por ter passado pelo chamado *protocolo Money*, ou seja, ele foi “transformado em mulher” pela medicina, uma vez crescido, criado e vivido como mulher, porque foi concebido pelo cirurgião como mulher, apesar de ter nascido do sexo masculino, com uma genitália atípica, essa mesma pessoa vai crescer como mulher e, em um determinado período da vida, descobre o segredo que a família mantinha. E, indo atrás desse segredo, descobre que, na verdade, não era uma pessoa dentro desse sistema compulsório, presumido e governamental, cisheteronormativo. Se tratava de uma pessoa produzida dentro desta lógica. Então, quando eu paro para observar sociologicamente, eu tenho uma invalidação de pessoas que vão dizer que mulher é isso como simulacro.

Quando eu percebo ou estudo a partir de uma ótica antropológica, eu também não tenho esses dados. E, quando eu mergulho no campo biológico, eu vou perceber que a biologia não está 100% acurada à grande massa, ou seja, as pessoas têm um pedaço da biologia para validar aquele *homem de barro*, Adão e Eva, feitos por Deus. Então, existe quase que um compromisso de utilizar ciência e dogma religioso como um pressuposto para aquilo que eu quero acreditar e não que realmente faz parte do conhecimento científico, por

isso métodos e metodologias para que se faça ciência em quaisquer pontos, desde que se ache as mesmas condições e elementos. E quantas vezes a água volta ao mesmo ponto do rio? Gloria Alzandúa arriscaria dizer...

Referências bibliográficas:

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. 11ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DUQUE, Thiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/o*. Editora Devires. 2021.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A vontade de saber. Vol I*. Editora Paz e Terra, 2014.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. *História da sexualidade: As confissões da carne*. Tradução de Heliana de Barros Conde Rodrigues Vera Portocarrero. Rio de Janeiro/São Paulo 2020.

Freud, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936) I* Sigmund Freud; tradução Paulo César de Souza- São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de (Org). *Transfeminismo : teorias e práticas*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra. 2021. (Feminismos Plurais)

RUBIN, Gayle. *Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. In RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017

YORK, Sara Wagner. *No mar dos abandonos: suspiros entre teoria e prática queer*. *REBEH* V.1 N.1 (2018).

YORK, Sara Wagner. Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Sara Wagner York– Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Recebido em janeiro de 2023.
Aprovado em fevereiro de 2023.